

Como está a questão do aborto na América Latina no século XXI?

Entrevistadoras: Fabiana de Oliveira¹ e Mayra Coan Lago²

Entrevistada: Marcelle Cristine de Souza³

Você tem estudado o aborto na América Latina desde, pelo menos, o seu mestrado. O que te motivou a estudar esta temática? Você poderia comentar um pouco sobre as suas pesquisas do seu mestrado?

Eu estudo o aborto desde que entrei no mestrado, em 2015. No doutorado eu também estudei esta temática, mas com uma perspectiva distinta. No mestrado o meu foco foi a imprensa então eu estudei a cobertura de dois jornais no Brasil (*Folha de S.Paulo* e *O Globo*) e dois no Chile (*La Tercera* e *El Mercurio*) sobre casos de possibilidade de aborto em casos de violência sexual infantil entre 2009 e 2014⁴. A partir disso dei destaque a dois estudos de casos com muita repercussão na época que ocorreram no Chile, onde na época não era permitido o aborto, e no Brasil. No Brasil foi a situação de uma menina de onze anos estuprada pelo pai, se não me engano. Esses casos de estupro com crianças, em geral, têm esse recorte, que são casos de violência intrafamiliar. E no Chile, na situação que foi em 2011, um caso que gerou muita repercussão, inclusive reverberando em uma discussão no Legislativo sobre aumentar as possibilidades legais. Neste momento o Chile tinha uma lei do Código Penal de 1989, que foi uma das últimas decisões do governo ditatorial de Pinochet, em que se reestabeleceu uma norma de 1933 proibindo o aborto em caso de estupro. O caso que estudei era uma menina, uma criança

¹ Mestre e Doutora em Ciência da Integração pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/ USP). Professora de Relações Internacionais da Universidade Paulista (UNIP).

² Professora substituta do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social e mestra em Ciências da Integração da América Latina pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP).

³ É jornalista pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), mestre e doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Ela tem desenvolvido pesquisas sobre movimentos feministas e direitos reprodutivos no Brasil, na Argentina e no México no século XXI desde o seu mestrado.

⁴ Dissertação intitulada “O silêncio da menina-mãe: uma leitura crítica da cobertura sobre o aborto em caso de abuso sexual infantil em jornais do Brasil e do Chile” está disponível no banco de teses da USP. Link: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-10122018-170101/pt-br.php> . Acesso em 3 de setembro de 2022.

estuprada, que não podia fazer aborto porque a lei não permitia. Assim, o caso contribuiu para que houvesse uma mudança na lei. E no Brasil eu também selecionei o mesmo recorte temporal e estudei um caso que ocorreu em 2009, de uma criança de nove anos, também estuprada, com estupro intrafamiliar, que ela engravidou de gêmeos em Pernambuco e ela conseguiu fazer o aborto, mas gerou uma grande repercussão no Executivo e na sociedade civil. Na época, o Ministro da Saúde e o presidente da República, que na época era o presidente Lula, se manifestaram. Além deles, a Igreja Católica também se manifestou.

Na minha pesquisa eu comparei a cobertura midiática destes casos parecidos de violência sexual intrafamiliar do Chile e do Brasil, com crianças que engravidaram por conta de uma violência e com legislações nacionais diferentes sobre o aborto. No Chile, a imprensa foi palco de discussão de revogação da lei e aí, claro, dando voz a alguns políticos superconservadores e com aspas e comentários terríveis. Por outro lado, em alguns casos, essa situação muito concreta ajudou a levantar um debate um pouco mais consolidado, um pouco mais complexo, sobre uma revisão na lei. Essa lei chilena só foi alterada em 2017. Portanto, somente em 2017 o Chile permitiu o aborto em caso de estupro. No Brasil, onde desde 1940 o aborto por estupro já é permitido, foi uma situação contrária. Assim, não havia o que se questionar sobre a lei porque ela já existia e já estava em vigor. A criança estava sendo atendida no serviço de aborto legal, mas como o bispo na época se levantou contra essa possibilidade legal e disse que não iria excomungar o pai da criança, mas excomungaria a mãe e os médicos. Então, veja, para ele um aborto era um crime maior do que um estupro de uma criança. Então ocupou muito espaço na imprensa a voz da igreja no contexto de legalidade.

E no doutorado?

Como eu já tinha esse olhar da América Latina, eu já queria falar sobre o tema na América Latina, eu resolvi seguir para doutorado, ainda discutindo aborto. Eu me interessei pelo tema porque eu acho que é para a gente discutir desigualdade de gênero. Para mim, é um tema essencial discutir direito a uma reprodução ou não, reprodução legal, segura e informada. Então, para mim, não há possibilidade de combate à desigualdade de gênero se você não pode decidir o básico, que é se você quer ter um filho ou não e ter todas as ferramentas, a informação necessária para fazê-lo de forma gratuita e segura. Isto serve para parto e para aborto. Então por isso que eu escolhi seguir nesse tema assim. E a América Latina é a região do mundo, segundo dados oficiais, onde mais mulheres e pessoas com capacidade de gestar vivem em contexto de legalidade. A porcentagem de abortos inseguros na América Latina é muito alta em relação a

outros países e isso se dá especialmente porque a gente tem leis muito restritivas aqui, o que tem mudado nos últimos anos.

No doutorado eu estudei o movimento feminista⁵. Nele eu investigo grupos feministas na América Latina (*Socorristas en Red, Lesbianas y Feministas por la Discriminación del Aborto, Fondo MARIA e Las Libres*), mas com um foco especial no México e na Argentina, onde esses coletivos têm mais visibilidade. São grupos feministas que acompanham mulheres a realizar um aborto seguro então elas dão informações sobre como realizar o aborto, seguro, mesmo em contexto de criminalização. Eu estudei como nesse contexto tão difícil da América Latina o movimento social tem criado formas de resistência para produzir um espaço, um espaço simbólico, mais muitas vezes físico, mesmo onde é possível, mesmo de criminalização, fazer um aborto seguro e um aborto acompanhado. Aborto acompanhado, aborto feminista, são alguns dos conceitos que discuto na minha tese. Essa ideia de um aborto que não precisa ter culpa, não precisa ter medo, não precisa ser inseguro, mesmo em um contexto de criminalização. Então, claro que o sistema de saúde que ofereça que forneça medicamentos, acompanhamento, cuidado, ele é essencial. No entanto, eu refleti sobre contextos em que a gente não tem isso procurando observar como que as mulheres estão criando ferramentas de resistência para levar informação, para levar cuidado, para levar companheirismo entre mulheres. Ou seja, como que entre mulheres a gente cria esse espaço da descriminalização social, da legitimidade do aborto apesar da ilegalidade.

Nas primeiras semanas de março de 2022, duas notícias sobre o aborto na América Latina repercutiram bastante. A primeira notícia é do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e tratava da recente aprovação de uma lei para a “proteção da vida e da família na Guatemala” que, basicamente, consistia em levar as penas do aborto. Devido à reação social negativa, dias após a aprovação, o Congresso aprovou o arquivamento da lei e o presidente da Guatemala declarou ter advertido que vetaria a normativa. A segunda notícia, mais recente, saiu no dia 16 de março e mencionava a aprovação do artigo sobre “direitos sexuais e reprodutivos”, que constará na nova Constituição chilena. Como o próprio texto indica, o artigo assegura a todas as mulheres as condições para a gravidez, interrupção voluntária, parto e maternidade. Essas duas notícias revelam as percepções e

⁵ A tese intitulada "No estás sola": aborto seguro e acompanhado como estratégia feminista para a descriminalização social na América Latina” está disponível no banco de teses da USP. Link: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-19042022-171145/es.php> . Acesso em 3 de setembro de 2022.

o tratamento contrastantes dos governos dos países latino-americanos acerca do aborto.

A gente sabe que a América Latina é composta por mais de trinta países. Mas, de maneira geral, como está a questão do aborto em alguns dos países da nossa região?

Temos um contexto de criminalização e de insegurança do aborto na América Latina. Há três perfis diferentes. Temos países onde o aborto é legalizado, como Uruguai, a Argentina, mais recentemente, e o México, por exemplo. A gente tem países onde existem algumas possibilidades legais, como o Chile e o Brasil. E a gente tem países super proibitivos, como El Salvador, Honduras e Guatemala, onde essas pessoas podem ser condenadas a até trinta anos de cadeia por realizar um aborto ou por ter um aborto espontâneo e isso ser interpretado como uma tentativa de aborto. Nesse contexto, a gente tem índices de mortalidade altos em relação a outras regiões do mundo.

Esse cenário tem mudado nos últimos cinco anos. Na verdade, eu entendo que é um pouco anterior. Desde 2010, a gente tem grandes decisões, como a legalização no Uruguai e a anencefalia fetal no Brasil. Na Colômbia, desde 2012, o aborto é permitido em casos de risco à saúde da mulher. A gente tem alguns passos que foram sendo dados desde 2010 e, mais recentemente tivemos decisões mais robustas, vamos dizer assim, de países como Chile e Argentina. O México também tem sido um espaço importante de debate apesar de ter características um pouco diferentes.

A América Latina é o espaço onde nos últimos dez anos a gente vê uma articulação do movimento feminista muito forte em respostas as múltiplas violências de gênero não só ao acesso ao aborto seguro, mas ao feminicídio, violência de gênero e assédio. A gente tem uma articulação do movimento feminista muito grande e a criação de coletivos feministas de acompanhamento de aborto respondendo e dando um caminho e uma alternativa. Ele atua mesmo em um contexto de criminalização do aborto em reação ao Estado, inclusive pressionando-o por políticas, que é o que estudei na minha tese.

A América Latina é esse fervor e eu acho que não vai parar por aqui, pois temos um contexto de criminalização muito grande, mas ao mesmo tempo possibilidades muito grande. Além disso, há tentativas de retrocesso destes direitos, como podemos observar no Brasil, o maior país da região e com tentativas de retrocesso da lei. Portanto, a luta continua.

No artigo “Para um futuro de igualdade na América Latina, o direito de decidir” você aborda os impactos econômicos e sociais da criminalização do aborto na América Latina.

A partir dos casos estudados, quais seriam os principais impactos econômicos e sociais da criminalização?

Na América Latina, a gente tinha, nos últimos anos, a região do mundo com maior índice de abortos inseguros onde 95% das mulheres e pessoas com capacidade de gestar viviam em lugares onde o aborto era criminalizado e isso está diretamente relacionado a insegurança. Qual é o impacto disso? Você tem vários impactos. Você tem um impacto na saúde pública, pois essas pessoas não deixam de abortar então elas vão fazer de forma insegura. E o que isso causa para o sistema de saúde? As pessoas vão parar no sistema de saúde. O Brasil, por exemplo, gasta muito dinheiro com curetagem após o aborto porque esses abortos são realizados de forma insegura, eles não são completos, e isso tem a ver com a ilegalidade, com a falta de informação de como usar o medicamento para realizar de forma completa e segura. Então você tem uma sobrecarga do sistema de saúde com processos de curetagem, mas também com internação e com retirada de útero em casos mais graves. É importante dizer que, em geral, o aborto é um procedimento barato. Como que é feito nos países onde é legalizado, como no Uruguai, por exemplo. Você faz o ultrassom, recebe toda a informação e o medicamento. Ou seja, você pode fazer esse aborto em casa, especialmente se for até doze semanas. Como não precisa de internação e tem um acompanhamento, isso custa muito menos para o Estado do que um processo, uma cirurgia de retirada de um útero, ou um tratamento de uma infecção generalizada, onde muitas vezes acontece. Então, esse, por exemplo, é um impacto para o sistema de saúde. Você também tem que pensar que essas mulheres, essas pessoas, elas têm família. Se elas não podem realizar um aborto acompanhado, se elas têm que fazer na clandestinidade, se elas estão fazendo insegurança, elas podem morrer, podem ficar incapacitadas para o trabalho ou podem ficar incapacitadas para o cuidado dos seus entes queridos e dos outros filhos porque muitas das mulheres que realizam aborto já tem um filho. Elas já sabem qual é a responsabilidade de ter uma criança. Portanto, essas pessoas podem ficar incapacitadas para estes trabalhos. Ou seja, você tem impactos muito grandes quando você não legaliza o aborto em caso de estupro. Adolescentes e crianças que não têm acesso sofrem muito mais com esses reflexos, de infecções e outras causas, correndo o risco de perder uma geração por não dar acesso a um aborto seguro e cuidado, acompanhado. As consequências da gestação na adolescência, uma gestação indesejada, especialmente em contos de violência, ela também gera muitos impactos. Vários estudos tem demonstrado quando você já está na adolescência, você faz com que essas meninas não consigam estudar, ter um emprego, e isso tem reflexos para as outras gerações. Então, uma mãe que não estudou, ela não consegue estudar e não consegue acompanhar o filho de forma

mais próxima na educação porque não tem repertório para isso. Então, a gente tem os estudos que mostram que, quando, por exemplo, uma mãe tem ensino superior, isso muda todas as gerações seguintes porque é muito difícil que as gerações seguintes não tenham ensino superior também. E a gente sabe o quanto no Brasil, especialmente, e nos países desiguais na América Latina, ter ensino superior significa diferença de renda. A gente tem o impacto no sistema judiciário penal, pois você perde tempo de todo o sistema jurídico buscando, investigando e tentando penalizar pessoas que realizam aborto. Você tem um impacto no sistema penal já que essas pessoas estão sendo encarceradas. Ou seja, você tem dinheiro que está indo embora por uma questão que deveria ser de saúde porque você sobrecarrega outros espaços, outras instituições, outros entes federativos, sendo que isso poderia ser concentrado numa atenção primária à saúde. A gente não está falando de um procedimento de alta complexidade. Eles são muito poucos os casos que são, que necessitam de cuidados de alta complexidade, de internação. A gente está falando de um cuidado primário, de atenção primária.

Há alguns anos, ocorreu um caso na Argentina que alarmou a comunidade internacional por se tratar de uma criança que havia sofrido violência sexual e que depois, foi novamente, “violentada pelo Judiciário argentino” que só autorizou a realização do aborto quando a criança já se encontrava no sexto mês de gravidez. Ao mesmo tempo, na Colômbia, foi iniciativa do Judiciário ampliar o período em que o aborto é legalmente permitido no país. Como você vê a questão da atuação do Judiciário na América Latina? No que diz respeito à implementação do direito ao aborto seguro?

Essa discussão sobre o Judiciário é uma discussão superimportante. A gente tem basicamente duas vias importantes de legalização do aborto: a discussão pelo Legislativo, como os casos da Argentina, do Uruguai e do Chile que em 2017 legalizou o caso em caso de estupro, por exemplo, inviabilidade fetal, no México e em alguns estados do México; e a via do Judiciário, como no Brasil. O caminho do Legislativo exige mais debate social porque o Legislativo envolve um debate na sociedade muito maior e, por isso mesmo, ele só acontece onde existe de fato uma abertura na sociedade e uma abertura no Legislativo para a discussão desse tema, o que, por exemplo, a gente não tem no Brasil, nem agora, nem nas últimas décadas eu diria assim. Por isso, no Brasil, por exemplo, a gente tem uma ação, a DPF442, que está tramitando no STF, que tenta legalizar que, na verdade, pauta a inconstitucionalidade do Código Penal quando se trata do aborto no Brasil e que diz que não pode ser crime quando o aborto for realizado até a décima segunda semana de gestação. Então a via do Judiciário é essa via que

tenta ser um contraponto e uma alternativa quando o Judiciário se mostra mais aberto a análise e discussão desse tema, que é o caso do Brasil agora e era o caso, por exemplo, do Brasil, em 2012, quando foi legalizado aborto em caso de anencefalia fetal.

Em 2012, a gente teve um caso um julgamento da Suprema Corte da Colômbia também descriminalizando o aborto em caso de saúde, da mulher, de risco à saúde, um passo muito importante. Desde 2012, a Suprema Corte decidiu que o aborto seria realizado em caso de risco à saúde da mulher. Na Colômbia já existia uma rede pública e privada de aborto legal, onde, se eu alegasse que eu estava no sofrimento mental muito grande por causa da gestação, eu podia já realizar um aborto. Diferentemente no Brasil, eu tenho que provar que há risco de vida se não fizer um aborto. Então essa decisão da Colômbia é superimportante, mas ela acontece no judiciário em um contexto que já havia tido uma decisão progressista, dez anos antes, muito importante. Essa decisão da Colômbia já era usada em tribunais pela América Latina. Ela é um dos argumentos da PF442 que está no STF no Brasil. O Judiciário é esse espaço, contraponto e um caminho para uma decisão onde você tem uma possibilidade, um Suprema Corte mais aberta para essa decisão. No Equador, o Legislativo votou a possibilidade de aborto em caso de estupro e o Legislativo negou a possibilidade de apoio em caso de estupro. No ano passado, o Judiciário discutiu o tema e obrigou o Legislativo a legislar autorizando o aborto em caso de estupro. Então a gente tem esses contrapontos onde há possibilidade, onde você tem um Congresso mais disposto a discutir o tema, talvez o caminho seja o Congresso. Onde não, o Judiciário pode ser esse contraponto, mas isso, claro, depende de contextos históricos e políticos muito específicos.

Nos últimos anos, especialmente a partir de 2018, a gente tem acompanhado a descriminalização do aborto, ainda que em graus variados em alguns países da região como na Argentina, no México, na Colômbia, no Chile. Tais descriminalizações são frutos das reivindicações históricas da sociedade, especialmente dos diversos coletivos feministas, e têm seu denominados por alguns analistas como “Maré Verde”. Você acredita que esta “maré” poderá alcançar outros países em um curto ou médio prazo?

O surgimento da “Maré Verde” na Argentina é um contexto muito importante que tem aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos. É importante dizer que a “Maré Verde” é antecedida pelo movimento *Ni Una a Menos*, que estava discutindo assédio, violência e feminicídio na Argentina. Este movimento consegue uma articulação nacional, intergeracional, de diversos espaços políticos, sindicatos, escolas e partidos políticos. Isto é, houve uma mobilização de mulheres nacional, que ultrapassou várias classes, acadêmicas, trabalhadoras, estudantes então

a gente teve uma união de forças e uma mobilização muito grande durante este movimento. Ele foi imobilizado por dois casos muito graves de feminicídio no país. Então, depois do *Ni Una a Menos*, que teve atos em 2017 e em 2016, se eu não me engano, as mulheres na Argentina começam a discutir os próximos passos e ela se aproveitam desse momento de articulação para pautar outras demandas. Uma delas, que já era um movimento, que já era uma pauta antiga do movimento feminista, era a legalização do aborto. Havia uma promessa, desde a redemocratização, na década de 1980, dos partidos políticos, de que na redemocratização o tema seria discutido, mas nunca houve uma abertura política vindo do Executivo, uma abertura do Executivo e do Legislativo para discutir esse tema pelo Legislativo. Então, as mulheres começam a se articular e é importante dizer que na Argentina existe o encontro nacional de mulheres que é realizado desde a década de oitenta, anualmente, um movimento superimportante. Ali as mulheres pautam uma articulação e o *Ni Una a Menos* reforça essa articulação nacional do Encontro Nacional de Mulheres e já havia sido criado em 2005. Neste ano, foi criado no encontro de Rosário uma campanha nacional pela legalização do aborto, que já era esse movimento de vários coletivos, de vários setores da sociedade. Em 2006, elas pautam o primeiro projeto de legalização do aborto que é ignorado solenemente pelo Congresso. Então, assim, quando em 2016, 2017, o *Ni Una a Menos* reforça essa articulação nacional, a pauta do aborto já estava dentro do movimento feminista. Já havia projetos. Praticamente todo ano a campanha nacional protocolava um projeto que não era votado. Até a legalização foram oito projetos não votados pelo Congresso então essa pauta já estava ali iminente no movimento feminista. Em 2018, você tem uma crise econômica forte. O Macri, que é conservador, decidiu não se opor a essa votação, disse que ele não vai opinar, que ele vai deixar o Congresso falar então para o movimento feminista isso foi muito importante. Ele vê como uma possibilidade de mudança do foco em um contexto de crise econômica muito forte e há uma mobilização muito grande desse movimento de mulheres por discutir o tema nas escolas e nos espaços comunitários. Isso cria o que eu chamo na minha tese de um “movimento pela descriminalização social”, que é discutir mais abertamente, tirar do armário, tentar desconstruir esse *locus* da culpa, da dor, do pecado, do criminoso e tentar discutir o aborto como uma prática que faz parte do cotidiano de muitas mulheres, como faz parte da vida reprodutiva de muitas pessoas. Então o movimento feminista tem essa chave e aí umas atrizes muito importantes nesse movimento, é uma rede que eu estudo na minha tese, que são as *Socorristas en Red*. Elas são uma articulação que surgiu em 2012, uma articulação nacional de grupos feministas, de acompanhamento de aborto, que até então era criminalizado. E o que elas fazem é ensinar como

usar a medicação, elas falam quais são os contextos de risco, como minimizar os danos, como fazer um aborto seguro com medicamentos e usando os padrões. Elas usam os padrões da Organização Mundial da Saúde e várias pesquisas científicas que dizem que o aborto com medicamentos, desde que seguido o protocolo correto, ele pode ser feito em casa, de forma segura. Ele pode ser completo, não precisa nem fazer uma curetagem depois. Elas então se apropriam dessa informação científica, validada internacionalmente. Elas não são as primeiras a fazer isso na América Latina, mas elas são a rede que faz isso com maior visibilidade e desde o começo elas são visíveis. Elas falam, eu acompanho abortos, nós acompanhamos abortos feministas. Quando elas fazem isso, elas ajudam numa micropolítica a desconstruir. Então, a gente tem um movimento nacional, visível, e as Socorristas são parte deste movimento, mas também tem esse movimento cotidiano de acompanhamento de abortos, que ajuda nessa descriminalização social do aborto. Este contexto é importante, pois com todos esses elementos elas conseguem um ganho muito forte que é ser aprovado pela Câmara dos Deputados. O Senado ainda era muito conservador apesar da grande mobilização nas ruas não passou. Tem uma jornalista feminista, que escreveu no dia seguinte à votação no Senado, em 2018, que diz “Não foi hoje será amanhã” então para elas era isso. Assim, a mobilização já tinha acontecido, a discussão de forma complexa, aprofundada já tinha acontecido. Isso é o mérito muito grande do movimento feminista aliado com partidos políticos, movimentos sociais, associação de categorias médicas. Foram criados vários coletivos, médicos, enfermeiros, professores, psicólogos, atuando e fortalecendo os argumentos em diferentes esferas da sociedade pela legalização. Ou seja, já havia em 2018 um contexto social de aprovação, de descriminalização social da prática. O Código Penal não condizia com que a sociedade tinha mudado. Então, no contexto da Argentina, quando emerge um presidente que, desde a campanha política, já defende esse tema como uma bandeira e é importante dizer que o Alberto Fernandez também só pode ir as ruas e, durante uma campanha política, se dizer à favor do aborto, porque havia um contexto de descriminalização social impulsionado pelo movimento feminista. Então esse movimento se retroalimenta. A gente tem um movimento que surgiu e que impulsionou esse debate e um candidato a presidente, que diz que apoia o tema, o que não tinha acontecido até então. Isso é impensável, por exemplo, no Brasil, mas porque existe um contexto cultural e social que permitia ele sair às ruas e falar isso. Quando ele chega, ele pauta sistema demora um pouco, por conta da pandemia, mas posteriormente ele acontece e o aborto foi legalizado na Argentina.

E na América Latina em geral? A gente tem duas possibilidades, dois movimentos que a gente vê que estão acontecendo na América Latina, depois da legalização do aborto depois do início da “maré verde”. Então, antecede 2018, antecede a primeira votação na Argentina, a votação no Legislativo do Chile, que foi muito impulsionado pela Michelle Bachelet, que propôs um projeto de legalização do aborto em caso de inviabilidade fetal, risco à vida e estupro, que é do fim de 2017 e depois disso a gente tem uma série de mobilizações. No Brasil a DPF442 foi discutida em audiência pública e no mesmo momento onde estava sendo discutido no Congresso da Argentina. Isso tudo os movimentos se retroalimentam porque o movimento social na América Latina está superconcentrado porque os nossos problemas são muito semelhantes. A gente tem uma decisão favorável em caso de estupro, apenas. No Equador, esse tema tem voltado nos últimos anos e agora conseguiram a legalização do aborto em caso de estupro num contexto conservador. A gente tem essa decisão histórica também da Colômbia, vários casos de legalização do aborto no México, onde as legislações são estaduais. Em 2019, Vera Cruz e Hidalgo. Isto é, em contextos em que o congresso local é favorável, o movimento feminista vai lá e tenta pautar. Assim, eu acho que a “maré verde” trouxe essa capacidade de mobilização, de sensibilização da sociedade e de articulação e fortalecimento das demandas do movimento feminista em vários países da América Latina. Ou seja, existe uma articulação internacional para discutir esse tema e os argumentos com argumentos muito sólidos. Então, se por um lado a gente tem esse movimento muito importante internacional de fortalecimento da demanda, por outro lado, a gente também vê uma reação do movimento conservador, que também articulado internacionalmente, de reação. Então, a gente tem algumas ações além de Guatemala, por exemplo, para a América Central em especial, onde as leis são muitas efetivas e as penas são altas para quem comete um aborto, você tem uma reação forte e eu vejo também, por exemplo, no Brasil. Acho que a gente precisa ter muito cuidado, estudar isso, porque o movimento conservador já está no poder, ele vem crescendo, na verdade, nas últimas décadas, e esse movimento da “maré verde”, ele, eu vejo, resulta num recrudescimento das investigações, da perseguição do movimento feminista e desse debate também. Assim, há uma perseguição ao movimento social, ao movimento de esquerda no Brasil. Então, também a resposta conservadora é muito grande e articulada na América Latina. Eu acho que um bom exemplo para a gente ficar de olho está atenta é o de 1973 nos Estados Unidos. Quando foi legalizado aborto nos Estados Unidos houve um movimento conservador muito grande em toda a América Latina, apoiado pelo Vaticano e a criação de campanhas pela vida. E aí uma falácia porque a vida de quem se defende em toda a América Latina, em grupo de oração, em grupos de

“acolhimento de mulheres”, que foram se renovando a cada reação feminista a cada pequeno avanço feminista. Então, eles estão super articulados. Acho importante chama a atenção que eles usam um vocabulário muito parecido com o nosso. Então, na pesquisa no México, por exemplo, enquanto o movimento feminista causando a gente acompanha desses na sua decisão de abortar, um aborto acompanhado, ele também é usado pelo movimento conservador. Eu acho que é um momento de felicidade que a gente tem agora, mas também o movimento de atenção. Eu acho que é bem importante assim sabe a reação que tende a ser grande também. Outro exemplo importante foi em 2017 quando foi legalizado o aborto na Cidade do México, via Legislativa e depois confirmado pelo Supremo. O que houve foi uma reação em cadeia, de vários estados, de congressos locais em vários estados do México, para colocar nas constituições estaduais a defesa da vida desde a concepção. Então é preciso ficar atento porque eles têm força, têm dinheiro, têm apoio, têm articulação para reagir também muito forte. Assim, não sou pessimista, sou super otimista, acho que a gente está no momento superimportante e histórico do movimento feminista. A América Latina está mostrando para o mundo que é pelos movimentos sociais que a gente consegue isso. Acho que uma resposta importante, um recado, mas é importante dizer que a gente tem que estar preparada e eu temo pelo Brasil porque é um lugar onde o movimento conservador já tem espaço. Em geral, eles migram dos países onde está legalizado para os que ainda não a fim de que isso não aconteça em outros lugares.